



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº: 0005639-97.2013.8.17.0000 (0305176-5)

COMARCA : Recife – 5ª Vara Criminal
SUSCITANTE : Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso
SUSCITADO : Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. CRIME PRATICADO CONTRA IDOSO (ARTS. 102, 104 E 106 DA LEI 10.741/2003 C/C O ART. 69 DO CPB). PENA MÁXIME COMINADA DE 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO. APLICAÇÃO DO RITO PROCESSUAL DA LEI 9.099/95 QUE NÃO ALTERA A COMPETÊNCIA OU O CONCEITO DOS CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. INTELIGÊNCIA DO ART. 61 DA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS. EXEGESE DO ART. 94 DA LEI 10.741/2003. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO ORDINÁRIO DA 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL. DECISÃO UNÂNIME.

I – Como vem decidindo este Tribunal, o escopo do art. 94 do Estatuto do Idoso foi o de imprimir maior celeridade aos processos relativos aos crimes previstos na referida norma, cuja pena máxima não exceda 04 (quatro) anos, determinando a aplicação do procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 aos referidos delitos, sem, no entanto, pretender modificar competência ou o conceito legal dos crimes de menor potencial ofensivo, que devem ser julgados pelos Juizados Especiais Criminais. Precedentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

II - No caso concreto presente, afigura-se imperioso observar que os delitos previstos nos arts. 102 e 106 do Estatuto do Idoso preveem pena de reclusão de 01 (um) a 04 (quatro) anos e multa, e de 02 (dois) a 04 (quatro) anos e multa, respectivamente, sendo da competência do Juízo Comum o processamento e julgamento do feito.

III - Conflito que se conhece, à unanimidade de votos, para declarar competente o Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital-PE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Conflito de Jurisdição nº 0005639-97.2013.8.17.0000 (0305176-5)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em conhecer do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº: 0005639-97.2013.8.17.0000 (0305176-5)

COMARCA : Recife - 5ª Vara Criminal
SUSCITANTE : Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso
SUSCITADO : Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho

RELATÓRIO

Cuida-se de **Conflito Negativo de Jurisdição** entre os Juízos de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso e da 5ª Vara Criminal da Capital, tendo o presente procedimento se iniciado em razão de denúncia ofertada em desfavor de **ETIENE FÉLIX DA FONSECA** pela prática dos delitos tipificados nos arts. 102 (apropriar-se de rendimento de idoso), 104 (reter cartão bancário de idoso) e 106 (induzir idoso a assinar procuração) da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) c/c o art. 69 do CPB, perpetrados contra a idosa **JACI FÉLIX DA FONSECA** (genitora da acusada).

O Juízo suscitado (5ª Vara Criminal da Capital), na audiência de instrução e julgamento (fl. 131) declinou da competência, determinando a remessa dos autos ao Juizado Criminal do Idoso, ao fundamento de que se trata de infração prevista na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

O Juízo suscitante (Juizado Especial Criminal do Idoso) aduz, por sua vez (fls. 141-142), que a competência dos Juizados Especiais compreende um percentual elevado de crimes e contravenções penais de menor potencial ofensivo, respeitando-se as regras de conexão e continência, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 9.099/1995. Ressalta que o art. 61 da lei referida retro elucida que os delitos de menor potencial ofensivo são aqueles cuja pena máxima não seja superior a 02 (dois) anos, cumulada ou não com multa. Registra



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

que, em que pese a denúncia capitular condutas penais contidas no Estatuto do Idoso, dentre as várias correntes doutrinárias sobre o tema, filia-se àquela segundo a qual os delitos previstos no Estatuto do Idoso, com pena máxima entre 02 (dois) e 04 (quatro) anos, devem ser processados perante o Juízo Comum.

A Procuradoria de Justiça, na pessoa do Procurador Euclides Ribeiro de Moura Filho, emitiu Parecer (fls. 154/158) aduzindo assistir razão ao Ministério Público de 1º Grau e à Juíza suscitante. Como o caso concreto não versa sobre crime de menor potencial ofensivo, o Juizado Especial Criminal não é competente para julgar o presente caso concreto e sim o Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca do Recife.

É o relatório.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº: 0005639-97.2013.8.17.0000 (0305176-5)

COMARCA : Recife - 5ª Vara Criminal
SUSCITANTE : Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso
SUSCITADO : Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho

VOTO

Consoante relatado, **Conflito Negativo de Jurisdição** entre os Juízos de Direito do Juizado Especial Criminal do Idoso e da 5ª Vara Criminal da Capital, tendo o presente procedimento se iniciado em razão de denúncia ofertada em desfavor de **ETIENE FÉLIX DA FONSECA** pela prática dos delitos tipificados nos arts. 102 (apropriar-se de rendimento de idoso), 104 (reter cartão bancário de idoso) e 106 (induzir idoso a assinar procuração) da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) c/c o art. 69 do CPB, perpetrados contra a idosa **JACI FÉLIX DA FONSECA** (genitora da acusada).

O Juízo suscitado (5ª Vara Criminal da Capital), na audiência de instrução e julgamento (fl. 131) declinou da competência, determinando a remessa dos autos ao Juizado Criminal do Idoso, ao fundamento de que se trata de infração prevista na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

O Juízo suscitante (Juizado Especial Criminal do Idoso) aduz, por sua vez (fls. 141-142), que a competência dos Juizados Especiais compreende um percentual elevado de crimes e contravenções penais de menor potencial ofensivo, respeitando-se as regras de conexão e continência, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 9.099/1995. Ressalta que o art. 61 da lei referida retro elucida que os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

delitos de menor potencial ofensivo são aqueles cuja pena máxima não seja superior a 02 (dois) anos, cumulada ou não com multa. Registra que, em que pese a denúncia capitular condutas penais contidas no Estatuto do Idoso, dentre as várias correntes doutrinárias sobre o tema, filia-se àquela segundo a qual os delitos previstos no Estatuto do Idoso, com pena máxima entre 02 (dois) e 04 (quatro) anos, devem ser processados perante o Juízo Comum.

Examino:

Para o deslinde da questão é necessário proceder com uma análise sistemática das normas que definem a competência do Juizado especial do idoso. Vejamos:

O art. 94 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) dispõe que:

"Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

O Supremo Tribunal Federal, em 16/06/2010, julgou parcialmente procedente a ADIN n. 3.096, para dar interpretação conforme a CF, com redução de texto, para suprimir a expressão "do CP e", no sentido de aplicar-se apenas o procedimento sumaríssimo previsto na Lei n. 9.099/95, e não outros benefícios ali previstos.

Por sua vez, a Lei nº 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, em seus arts. 60 e 61 estabelece que:

"Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência."

"Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Conquanto se verifique que o Estatuto do Idoso estabeleça que se deve aplicar a Lei nº 9.099/95 aos crimes nele previstos, cuja pena máxima não ultrapasse 04 (quatro) anos, entendo que tal previsão não teria o condão de alterar o conceito de crimes de menor potencial ofensivo previsto no art. 61 da Lei dos Juizados Especiais, que é aquela cuja pena máxima cominada não é superior a 02 (dois) anos.

Inobstante a natureza protetiva das normas instituídas pela Lei nº 10.741/2003, tenho que a melhor exegese do seu art. 94 é a de que, aos crimes cometidos contra idosos, cuja pena máxima cominada seja de até 04 (quatro) anos, aplica-se tão-somente o procedimento sumaríssimo da Lei nº 9.099/95, porquanto mais célere, e como tal, mais benéfico ao idoso, e não os benefícios da conciliação e transação penal.

Logo, o fato de se aplicar o rito processual estabelecido da Lei dos Juizados Especiais, mesmo na hipótese de crimes contra idosos, cuja pena máxima cominada seja de até 04 (quatro) anos, não implica que tais delitos possam ser considerados de menor potencial ofensivo e, por tal motivo, tenha-se alterada, em corolário, a competência para se processar e julgar o feito, em tais hipóteses.

Afigura-se imperioso observar que os delitos previstos nos arts. 102 e 106 do Estatuto do Idoso preveem pena de reclusão de 01 (um) a 04 (quatro) anos e multa, e de 02 (dois) a 04 (quatro) anos e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

multa, respectivamente, assim, no caso concreto presente, cabe à Justiça Comum processar e julgar o feito, sendo que deve ser aplicado aos referidos delitos o procedimento sumaríssimo da Lei 9.099/95, nos precisos termos do art. 94 da Lei 10.741/2003.

Corroborar esse entendimento o julgado oriundo do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, cuja ementa segue transcrita:

"Ementa: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LEI Nº 20.741/2003. ESTATUTO DO IDOSO. - O art. 94 da Lei 10.714/03 preceitua apenas que o rito da Lei 9.099/95 deve ser empregado no processamento dos crimes previstos no Estatuto do Idoso cuja pena máxima não exceda quatro anos, nada dispõe sobre alteração de competência, nem repercute sobre o conceito de menor potencial ofensivo. Conflito de competência procedente."

(Conflito de Jurisdição Nº 70033829995, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 10/02/2010).

No mesmo sentido é a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

"EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ESTATUTO DO IDOSO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. CONFLITO NEGATIVO ENTRE A JUSTIÇA COMUM E O JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DA LEI DOS JUÍZADOS ESPECIAIS. DETERMINAÇÃO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO IMPLICA ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA. CONFLITO DIRIMIDO COM A DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. - A competência do Juizado Especial Criminal é de processar e julgar crimes de menor potencial ofensivo. Ainda que prevista a obediência ao disposto na Lei nº 9.099/95 para o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

procedimento envolvendo crimes contidos na Lei nº 10.741/03, não se sujeitam os crimes desta Lei à competência do Juizado, porque a pena máxima ultrapassa dois anos de reclusão. (CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 1.0000.09.507489-4/000 - a 2ª C.Criminal do TJ-MG, Rel. Desembargador HERCULANO RODRIGUES, j. em 28.01.2010).

Sobre o tema, este Tribunal de Justiça também assim já decidiu:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE ÓRGÃOS DA JUSTIÇA COMUM E JUIZADOS ESPECIAIS. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ESTATUTO DO IDOSO. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI 9.099/95. INALTERAÇÃO DO CRITÉRIO TEMPORAL PARA DEFINIÇÃO DOS CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM, A 13ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL. DECISÃO UNÂNIME. 1. Conforme a orientação jurisprudencial mais recente do Superior Tribunal de Justiça, compete aos Tribunais de Justiça processar e julgar os conflitos de competência entre os órgãos da Justiça Comum e os Juizados Especiais. 2. O escopo do art. 94 do Estatuto do Idoso foi o de imprimir maior celeridade aos processos relativos aos crimes previstos na referida norma, cuja pena máxima não exceda 4 anos, determinando a aplicação do procedimento previsto na Lei 9.099/95 aos referidos delitos, sem, no entanto, pretender modificar o critério temporal que determina quais os crimes de menor potencial ofensivo que devem ser julgados pelos Juizados Especiais Criminais. 3. Desse modo, não há que se falar em competência dos Juizados Especiais para processar e julgar os crimes previstos no Estatuto do Idoso cuja pena máxima seja superior a dois e inferior a quatro anos. A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

competência continua sendo da Justiça Comum, sendo que deve ser aplicado aos referidos delitos o procedimento previsto na Lei 9.099/95, nos precisos termos do art. 94 da Lei 10.741/2003. 4. À unanimidade, conheceu-se e acolheu-se do conflito de jurisdição para julgar competente o Juízo da 13ª Vara Criminal da Capital." (Conflito de Competência nº. 208487-3, 2ª C. Criminal do TJ-PE, Rel. Des. Mauro Alencar de Barros, j. em 14.07.2010, p. DJ nº. 137, de 13.07.2010).

Isso posto, conheço do presente conflito negativo de jurisdição para declarar competente para processamento e julgamento do feito o Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator